



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 060/2023

Número de referência: CGE-PRC-2023/00051 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso aos materiais utilizados na disciplina Projeto de Vida. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 060/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto da Lei de Acesso a Informação - LAI, o órgão informou que: *"as atividades desenvolvidas pelo aluno O.O.S. estavam à disposição da genitora na reunião proposta a ser realizada no dia 14 de dezembro de 2022, às 16h, na Unidade Escolar. Ainda que a reunião tenha sido agendada pela direção da escola, Sr^a Rosicléia negou sua participação, e a reunião, portanto, não aconteceu"* e orientou que a solicitante realizasse o agendamento com a equipe escolar para o acesso às atividades realizadas pelo aluno. Insatisfeita, a cidadã interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o ente encaminhou os links de acesso aos materiais que subsidiaram a atuação docente, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que o órgão atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202301555A